

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONDUÇÃO DO PRIMEIRO DE MAIO NO ESTADO NOVO. (1938-1945)

Valéria Dal Cim Fernandes^{*}

Resumo: Esse estudo tem como objetivo analisar a organização e apresentação dos programas cerimoniais do Primeiro de Maio realizados ao longo do Estado Novo. A hipótese norteadora é de que a condução dessa data pelo regime varguista foi um instrumento comunicacional muito eficiente na construção das relações entre classe trabalhadora e legislação social trabalhista por construir um universo simbólico capaz de garantir a adesão dessa camada social ao projeto governamental. Procuraremos reconstituir as imagens específicas ligadas à nova cultura política brasileira que eram difundidas a partir dessas festividades, atentando principalmente para as vicissitudes dos significados construídos.

Palavras-chave: Primeiro de Maio; Estado Novo; Cultura Política.

^{*} Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONDUÇÃO DO PRIMEIRO DE MAIO NO ESTADO NOVO. (1938-1945)

Valéria Dal Cim Fernandes

*A festa é uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e
desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as
necessidades da causa.¹*

O permanente uso da festa como instrumento comunicacional nas mais diversas sociedades, converte-a em um curioso modelo de investigação. A ideia é de que a celebração, a evocação de alegorias pelos ritos, com seus efeitos pedagógicos, permite não só entender certos processos históricos, em contexto mundial, mas também o imaginário por trás desses. Por sua vez, os imaginários sociais e políticos podem fornecer chaves de leitura imprescindíveis para entender como determinados contextos foram produzidos e interpretados.

A partir desse pressuposto básico é que podemos falar da importância particular que a festa assume nos diferentes regimes políticos, em especial nos ditatoriais, servindo como estratégia de propaganda política. Como estudo de caso, apresentaremos a

¹ OZOUF, Mona. “A festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos objetivos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 224.

condução do Primeiro de Maio pelo Estado Novo. Nesse sentido, a data será pensada como uma estrutura de comunicação capaz de afirmar e reafirmar as crenças e as regras inerentes à cultura política do regime ao público trabalhador.

O objetivo central será compreender as mensagens e ideias propostas pela ditadura varguista na festa do Dia do Trabalho, que visavam construir um discurso com significações específicas, favorecendo a consolidação de um imaginário político homogêneo. Assim, iniciaremos nossa discussão apresentando uma breve apresentação do contexto histórico que se inaugurava a partir da instauração do Estado Novo em 1937. Posteriormente, através de uma breve história do Primeiro de Maio, veremos como o significado original do Dia do Trabalho foi esvaziado pelo regime varguista assumindo novos contornos, que visavam uma aproximação com o público trabalhador. As edições da festa serão minuciosamente descritas, revelando alguns detalhes da organização e apresentação do programa cerimonial. Por fim, os diversos momentos do cerimonial serão analisados sob o viés da cultura política inerente à ditadura varguista, buscando revelar algumas das imagens específicas transmitidas aos trabalhadores.

A cultura política do Estado Novo.

O momento de criação do Estado Novo foi determinante para a redefinição da cultura política do país, tornando-a muito peculiar.

De modo conciso duas particularidades vivenciadas durante o regime varguista, a centralização política e ideológica, impuseram aos membros da nação a comunhão de certos valores e significados.

A partir desse ponto de vista, interessa-nos a cultura política estabelecida nesse contexto ideológico específico, atentando principalmente para as vicissitudes dos significados construídos com base num conjunto de atributos culturais e políticos inter-relacionados.

Esse trabalho parte da concepção de cultura política proposta por Serge Berstein, que a definiu como cultura que “se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais [...] símbolos, bandeiras, festas”.² Assim, aqueles que participam de uma cultura política específica compartilham diversas manifestações, “como a linguagem simplificada [...] dos membros de uma formação, que [...] fazem profissão dessa ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem compreendidos por todos os membros do grupo”.³

No caso do Estado Novo, o contexto político que se inaugurava em 1937, caracterizado pela ampliação e fortalecimento da intervenção estatal, favoreceu uma cultura política específica. Isso

² BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 88-89.

³ *Idem, ibidem*, p. 89.

porque os ideólogos do governo perceberam a necessidade de elaborar e difundir um poderoso discurso de legitimação e construíram um significativo universo simbólico. O objetivo era criar o máximo de identificação possível entre representantes e chefe de governo, mesmo que no contexto de golpe e de garantias constitucionais suspensas.

De acordo com Georges Balandier, o fenômeno político é atravessado a todo o momento pelo imaginário, sendo a política um dispositivo destinado a produzir efeitos aos governados. Assim, nenhum governante se conserva no poder se não manipular símbolos do imaginário social:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade [...] Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.⁴

Semelhante a essa lógica, concomitantemente à instituição formal da ditadura, com uma forte onda repressiva dirigida contra os militantes esquerdistas, o Estado Novo utilizou de todas as possibilidades oferecidas pela propaganda, a fim de criar um imaginário oficial e despertar adesão ao regime estabelecido.

⁴ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1982, p. 7.

Uma política de moldagem da opinião pública foi sistematizada pela ditadura varguista usando duas frentes principais. A primeira consistia na tentativa de controle de todas as informações relativas ao país. Assim, além da repressão física, a censura foi muito importante no Estado Novo, atentando para qualquer publicação contrária a ordem estabelecida. Além disso, a produção e difusão de um discurso que ajudava a construir uma determinada imagem do regime e do chefe de governo, com o intuito de provocar uma identificação entre o povo e o aparelho governamental instituído, foi igualmente importante.⁵ Assim, todos os meios de comunicação eram obrigados a publicar conteúdos de cunho oficial em seus números.

A orientação das imagens veiculadas pelos meios de comunicação da época ficou ainda mais centralizada a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. O órgão estatal passou a controlar todo esse trabalho de centralização ideológica:

De acordo com o decreto que lhe deu origem, tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa; e servir como elemento auxiliar

⁵ Alcir Lenharo caracteriza o investimento na pessoa física e simbólica do Presidente em “Getulização do regime”. A onipresença de Vargas era garantida pelos meios de comunicação, que lhes atribuíam toda a concretização das obras reformadoras do Estado Novo. Ver LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

dos ministérios [...] fazer censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa.⁶

O pressuposto é de que o órgão governamental difundiu valores ligados a dois eixos principais: a manutenção da ordem ou controle dos indivíduos; e, ainda, a função educativa e coercitiva da propaganda.

De certo modo, a cultura política do Estado Novo estava pautada pela manutenção da ordem e pelo controle dos indivíduos. Nesse sentido, a ordem seria garantida através de um discurso que procurava produzir a imagem de uma nação unidade, sem luta de classes. Em que patrões e proletários viviam harmoniosamente. Por outro lado, a manutenção dessa ordem dependia da remoção dos “subversivos” comunistas que permaneciam semeando a discórdia entre a população. Os comunistas eram os responsáveis pelo imaginário de conspiração do Estado Novo, os causadores de temores de desintegração da sociedade. De acordo com Elizabeth Cancelli:

Os comunistas representavam o inimigo a combater, a fim de servirem como elemento capaz de justificar a coesão em função da presença de um agente nocivo. Ao mesmo tempo

⁶ ARAÚJO, Rejane. **DIP** - Departamento de Imprensa e Propaganda - CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>, acesso em 02 de setembro de 2013.

em que deveriam ser mantidos pelo governo para sustentar o mito da conspiração, sua eliminação também era necessária.⁷

Para Maria Helena Capelato a função simbólica reveste-se de uma importância particular nos regimes ditatoriais pela força com que a propaganda política catalisa os sentimentos:

O signo fascina os olhares, mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades. Por um jogo de identificações, ele encadeia a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo, catalisa a violência, permitindo descarrega-la sobre os inimigos, “bodes expiatórios” do momento.⁸

A cultura política do Estado Novo também estava pautada em uma função educativa e coercitiva, o objetivo era criar uma nova relação entre a população e as esferas de poder. Para tanto, a propaganda oficial se valeu de um vasto material de louvor ao chefe do governo e ao próprio regime. Muitas fotos do presidente Vargas foram distribuídas para a população. Todas as aparições públicas do ditador eram filmadas ou gravadas e exibidas repetidamente durante o ano. O ministro do trabalho Marcondes Filho utilizava semanalmente um programa de rádio chamado “Hora do Brasil” para falar sobre as novas iniciativas governamentais para os

⁷ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 82.

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998, p. 52.

trabalhadores nacionais. E, principalmente, foi planejado um novo calendário cívico pelo governo.

Entre os anos de 1936 e 1938 o quadro cerimonial foi reestruturado, passando a privilegiar as seguintes datas: o aniversário do presidente da República, 19 de abril; o 1º de Maio, dia do trabalhador; o dia da Independência Nacional, 7 de setembro; e o aniversário do Estado Novo, 10 de novembro.

De modo geral, as datas nacionais eram comemoradas e realizadas a partir de jogos de imagens e discursos elaborados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e o Ministério de Educação e Saúde. Cada uma delas tinha um programa cerimonial específico, com seu público, seus símbolos e ritos. Através das festas nacionais, o governo nacional alimentava o imaginário lhe sentido à cultura política do Estado Novo.

Mauricio B. Parada apontou que a manutenção de um calendário cívico comemorado através de cerimônias públicas tinha o objetivo principal produzir de significados e valores cívicos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva individual e coletiva. De acordo com ele:

O novo calendário pode ser analisado como uma ação que pretende fixar um significado para a comunidade nacional, significado este que devia ser guardado na memória coletiva e vivenciado por meio de intensas ações físicas nas cerimônias públicas [...] Ao mesmo tempo o novo calendário pretendia

construir parâmetros que serviriam de guia para Nação na direção da modernidade, soberania e ordem.⁹

Os rituais das festas visavam então legitimar certo universo simbólico que estava em voga no Estado Novo, indicando quais elementos, significados e sentidos mereciam ser perpetuados, e assim, quais deviam passar ao esquecimento.

Estudo de caso: o Primeiro de Maio.

Tendo em vista esse quadro de disseminação de uma cultura política através de todos os meios, em especial através da ampliação do quadro cerimonial, avançaremos através de um estudo de caso, o Primeiro de Maio. A hipótese é de que a data de expressiva significação para o proletariado mundial foi reformulada pelo governo na tentativa de oferecer certo destaque à figura do trabalhador. Buscando incentivar um processo de construção da identidade política da classe trabalhadora além de estabelecer uma relação entre a classe e a legislação trabalhista, o Primeiro de Maio passou a ser objeto de grande atenção política.

Em suma, o significado do Dia do Trabalho, que originalmente remeteu a protestos de cunho operário, passou por uma “domesticação” de sentido a partir da ideologia do Estado Novo,

⁹ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. “Cultura cívica e memória no Estado Novo Brasileiro”. **Diálogos**, DHI/ PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 401-4012, 2009, p. 9.

passando a ser uma “festa” de exaltação aos trabalhadores, aos direitos concedidos a eles, e, por conseguinte, ao chefe da nação e ao regime que outorgaram tais benesses.

Uma breve história do Primeiro de Maio.

No dia 1º de maio de 1886, em Chicago, Estados Unidos, a reivindicação por melhores condições de trabalho levou milhares de trabalhadores às ruas. O movimento grevista de Chicago foi massacrado e os líderes foram condenados à morte.

Em 1889, reuniu-se em Paris um congresso marxista que tinha a iniciativa de internacionalizar a luta dos trabalhadores. Em referência ao episódio de Chicago, foi instituído o Primeiro de Maio como a data máxima dos trabalhadores. O objetivo da comemoração seria então refletir sobre a condição dos trabalhadores enquanto se rememorava os Mártires de Chicago. As entidades operárias traçaram um plano de celebração que estabelecesse moldes universais para a manifestação.

Ao estudar o primeiro de todos os Primeiros de Maio na França (1890), Michelle Perrot apontou o esforço apresentado pelas organizações operárias e socialistas em promover uma simbologia em torno do rito proletário. De acordo com ela, instaurou-se minimamente uma tradição envolvendo o Primeiro de Maio, com um código de percursos, trajes, cores, slogans, bandeiras unificadas, práticas gestuais, cenas simbólicas e lugares simbólicos. A definição de uma

data fixa, a marcação de uma hora, limitação do tempo de duração, a fixação dos objetivos, a realização de gestos idênticos, aspiração à universalidade, enfim, a organização de um ritual unitário em prol da encenação da identidade operária. Nesse sentido, Perrot apontou certa mescla de fórmulas políticas com formas religiosas no ritual para impressionar a opinião pública. Há, segundo a autora, um forte desejo de sincretismo:

O rito operário se inscreve nas mais antigas tradições religiosas: a da comunhão dos Santos, a da comemoração sacrificial. Fazer a mesma coisa ao mesmo tempo: esse grande princípio da prática religiosa encontra-se aqui, por um rasgo de gênio, transferido para o movimento operário, novo Moisés de uma nova Terra Prometida. Exaltação de um povo unido por uma celebração comum, o Primeiro de Maio é em suma uma Missa Cantada operária.¹⁰

No cenário nacional, a capacidade organizativa dos operários nesse período não podia ser comparada a de nenhuma potência internacional. A razão principal é que no Brasil o processo de industrialização foi lento e esporádico, ganhando maior impulso apenas durante a Primeira Guerra Mundial. Além disso, a industrialização não se difundiu igualmente por todo o Brasil, concentrando-se em São Paulo, e, um pouco mais tarde, no Rio de Janeiro. Assim, de acordo com Cláudio Batalha, o trabalho em

¹⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 138.

indústrias modernas e mecanizadas representava uma experiência vivida por uma minoria, cerca de 72% das manufaturas na Primeira República eram pequenas e médias empresas.¹¹

Ângela da Castro Gomes faz um importante estudo sobre o movimento operário na Primeira República, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Para ela, aconteceu um relativo aumento associativo de trabalhadores durante o período e até mesmo algumas reações grevistas, mas o contingente de trabalhadores era ainda muito pequeno e com pouca expressão política.¹²

Eram diversas as propostas de organização da classe trabalhadora durante a República, entre elas destacam-se as de cunho socialista e anarquista. As diferentes doutrinas muito discutiram sobre o melhor método de organização dos trabalhadores, mas não chegaram ao um consenso. Esse debate dentro do movimento operário brasileiro possivelmente contribuiu para que os

¹¹ Ver BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹² No livro “a invenção do trabalhismo”, Ângela de Castro Gomes se dedica especialmente às origens do movimento operário no país e como se desenvolveu a consciência de classe entre os trabalhadores brasileiros. Para ela, nesse processo de criação de uma identidade coletiva entre os trabalhadores, a intervenção estatal feita no governo Vargas foi preponderante. CASTRO GOMES, Ângela. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.

trabalhadores permanecessem como um conglomerado heterogêneo e disperso durante a Primeira República.

Mesmo com essa indiscutível fraqueza numérica e organizativa do movimento na República, desde 1891 há relatos no Brasil de manifestações operárias no dia Primeiro de Maio. Seguindo o molde internacional de organização da data operária, trabalhadores brasileiros se organizaram na tentativa de legitimar suas reivindicações sociais. Mas, de acordo com Lindericy Francisco Tomé de Souza, as comemorações de Primeiro de Maio no Brasil, em fins do século XIX, restringiram-se a discretas sessões solenes. Segundo Lins

Os primeiros registros de comemorações de Primeiro de Maio, nos noticiosos brasileiros, são datados de 1891, evento realizado pelo Centro do Partido Operário de São Paulo, presumidamente socialista. No ano seguinte, a imprensa divulgou mais notícias sobre os atos de Primeiro de Maio. Nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foram registradas manifestações políticas.¹³

No início do século XX, os trabalhadores brasileiros passaram a ir às ruas reivindicar suas demandas. De modo geral, as manifestações operárias do Primeiro de Maio permaneceram atreladas às intenções peculiares a cada grupo organizador. De

13 LINS, Lindericy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas histórias...** Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em fortaleza da Primeira República ao Estado Novo. Dissertação de Mestrado, UFC, s/d., p. 48.

acordo com Lins, os anarquistas radicais defendiam as celebrações revolucionárias, e os reformistas defendiam os atos festivos/funerários. Já os socialistas defendiam que o Primeiro de Maio deveria ser comemorado com reivindicações direcionadas ao Estado.

Em 1925, por decreto do presidente Artur Bernardes, o 1º de maio foi instituído feriado nacional no Brasil. O Dia do Trabalhador permaneceu como um momento de protesto operário no país até a ditadura varguista (1937-1945).

A condução do Primeiro de Maio pelo regime varguista.

No Estado Novo, o projeto trabalhista de Getúlio Vargas, sutilmente, transformou a data em um dia para celebrar o trabalhador brasileiro, além de exaltar o regime e o líder.¹⁴

Na tentativa de construir um universo simbólico específico, o Estado Novo apropriou-se do Primeiro de Maio e o transformou na “festa do trabalho”:

Nesse momento, o Primeiro de Maio se transformou numa festa, onde o presidente e os trabalhadores se encontravam e se comunicavam pessoalmente, fechando simbolicamente um grande conjunto de práticas centradas na elaboração e implementação de uma legislação trabalhista para o país. Por isso, nessas oportunidades, os trabalhadores não estavam nas ruas, nem faziam reivindicações como antes, mas recebiam o

¹⁴ CAPELATO, *op. cit.* .

anúncio de novas leis, o que efetivamente causava impacto, não sendo apenas efeito retórico.¹⁵

A partir de 1938 o 1º de maio passou a ser conduzido pelo governo, com a apresentação de um novo conteúdo simbólico.

No ano de 1938 foi organizada no Palácio Guanabara uma comemoração relativamente tímida, dando início a uma nova fase da relação do governo com a data. Ainda sob organização do DNP, órgão de propaganda oficial antecessor do DIP, a solenidade contou com a presença de ministros de Estado, de autoridades civis e militares e de representantes patronais e de trabalhadores. Reunidos no Salão Rosa do Palácio Guanabara, os convidados presenciaram a assinatura de dois decretos. Esses eram referentes ao estabelecimento de 22 comissões responsáveis por avaliar a implantação do salário mínimo, e, outro decreto referente à isenção de impostos de transmissão para a compra de terreno e construção de casas de operários. Depois do término da parte burocrática do cerimonial, usou da palavra o Ministro do Trabalho, seguido do Sr. Luis Augusto França, presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal, que falou em nome dos trabalhadores brasileiros. Por fim, falou o presidente Getúlio Vargas.

A assinatura dos dois decretos sinalizou um compromisso do governo de todos os anos brindar os trabalhadores com iniciativas

¹⁵ CASTRO GOMES, **Primeiro de Maio** - CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>, acesso em 02 de setembro de 2013.

governamentais no campo social. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o Primeiro de Maio firmou-se durante o Estado Novo como “uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental [...] no campo do direito social: o presente da festa.”¹⁶

Em 1939, a solenidade, também sob a direção do DNP, assumiu forma de desfile operário. A comemoração foi feita em frente ao Palácio do Trabalho. O presidente, através da sacada do terceiro andar, acompanhou o desfile do qual participaram numerosos sindicatos, com suas diretorias e grupos de associados. Findo o desfile, o povo se concentrou em frente ao Palácio do Trabalho, para melhor ouvir os discursos. Em primeiro lugar falou o Sr. Valdemar Falcão, ministro do Trabalho, posteriormente o presidente Getúlio Vargas. Por fim, foi assinado o decreto criando a Justiça do Trabalho.

Com a criação do DIP, em 1939, a organização e apresentação dos programas cerimoniais do Primeiro de Maio ganharam certo brilhantismo. A partir de 1940 as comemorações passaram a ser realizadas nos grandes estádios desportivos. A festividade passou a ser comemorada no estádio de São Januário, o campo do Vasco da Gama. As exceções foram os anos de 1943, em que foi realizada no Palácio da Esplanada, e, 1944, em que foi transferida para o estádio paulista do Pacaembu.

¹⁶ CASTRO GOMES. **A invenção do trabalhismo.**

Além disso, fora pequenas variações, os programas cerimoniais seguiam praticamente um mesmo protocolo: os comportamentos simbólicos eram padronizados; as estruturas de legitimação e autoridade eram muito repetidas; a linguagem era específica; os modos de argumentação eram autênticos; os discursos teatralizavam a ideia de uma sociedade coletiva; o lugar de destaque do líder favorecia a sua sacralização cultural; e a grandeza da decoração e ostentação cerimonial demonstrava a força e a autoridade do regime.

A comemoração do Dia do Trabalho de 1940 ocorreu no estádio do Vasco da Gama, com o ingresso franco e gratuito a todos os que desejarem assistir às festividades. Na semana anterior ao evento, o programa da festa foi amplamente divulgado pela imprensa, criando-se um clima de expectativas em torno do dia.

O programa cerimonial incluiu a entrega do diploma de honra que o ministro do trabalho conferiu ao industrial Dr. Paulo Seabra, por manter refeitório e serviço de alimentação considerado modelo para seus empregados, assim como, a entrega das medalhas comemorativas à União Geral do Sindicato de Empregados do Distrito Federal, representante da classe operária, e à Confederação Nacional da Indústria, representante da classe patronal. Encerrando a cerimônia, teve início o tão aguardado discurso do presidente da República, e a assinatura do decreto-lei estabelecendo o salário mínimo em todo o país.

Na comemoração de 1941 foi declarada instalada a Justiça do Trabalho. Com isso, foi assinalado o início de uma nova etapa no grande trabalho de recuperação humana empreendido pelo Chefe do Governo.

Um dos eixos do programa cerimonial de 1941 foi o disciplinamento dos cidadãos através do controle do corpo e da mente. Para tanto, foram organizados números de Educação Física: primeiramente, com a demonstração de educação física pelos operários da Fábrica do exército do Itajubá; depois, a exibição da Escola de Educação Física do 3º Regimento de Infantaria; posteriormente, ginástica musicada por moças operárias; e, por fim, apoteose à Bandeira, pelo corpo de bailados do Teatro Municipal. Claudia Schemes vinculou a tentativa de manipulação política através do incentivo a melhoria das qualidades físicas e morais do homem. De acordo com ela

as festas esportivas [...] mostravam a preocupação do regime em controlar o corpo e a mente dos cidadãos. Entendia-se que o aperfeiçoamento das qualidades físicas e morais dos cidadãos transformaria a sociedade.¹⁷

Em 1942, a festividade do Primeiro de Maio foi destacada pelo seu caráter “cívico-militar”. A comemoração contou com os

¹⁷ SCHEMES, Claudia. **Festas Cívicas e esportivas**: Um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Novo Hamburgo: Feevale, 2004, p. 118.

desfiles de milhares de trabalhadores brasileiros: primeiramente os operários da Companhia Siderúrgica Nacional, depois os trabalhadores da Imprensa Nacional, assim como, os operários da Fábrica de Bangu.

O caráter militar da data foi acentuado, principalmente em virtude do contexto da entrada do Brasil Segunda Guerra Mundial. Assim, o programa cerimonial contou com manifestações das forças mecanizadas do Exército, das Forças de Artilharia e Corpo de Bombeiros, e com evoluções de Esquadras da Força Aérea Brasileira. Outro ponto alto do programa foi o desfile dos trabalhadores militarizados, especialmente formados por trabalhadores que faziam parte do Tiro de Guerra e Escolas de Instrução Militar. Também houve a apoteose à Bandeira Nacional por elementos do Exército, Armada e Aeronáutica.

De modo geral, procurou-se reforçar durante todo o programa cerimonial as ideias de disciplina, hierarquia, ordem, pátria em guerra, e soldados da pátria. A entrada do Brasil na Segunda Guerra personalizou a temática do Primeiro de Maio de 1943. De acordo com Ângela de Castro Gomes, a figura do soldado e a imagem dos pelotões dos trabalhadores, integrados na defesa da pátria, foram amplamente usadas nesse ano na fala de Vargas com o intuito de unir forças para lutar contra os inimigos de guerra. ¹⁸Este trecho do discurso do presidente Vargas exemplifica o caráter da festa:

¹⁸ CASTRO GOMES, **A invenção do trabalhismo**.

Soldados, afinal, somos todos, a serviço do Brasil, e é nosso dever enfrentar a gravidade da hora presente para merecermos que as gerações vindouras se lembrar de nós com orgulho, porque trabalhamos cheios de fé, sem duvidar um só momento do destino imortal da Pátria brasileira.¹⁹

Em 1943, a comemoração foi realizada na Esplanada do Castelo. A festa foi chamada “espetáculo cívico-trabalhista”. Os jornais noticiavam que o “Dia do Trabalho” seria comemorado com a mesma grandiosidade dos tempos de paz. Na alameda em frente, no primeiro plano, os operários da Usina de Volta Redonda, conduziam o seguinte dístico: “Volta Redonda, a maior realização do Brasil: Getúlio Vargas seu idealizador e construtor.” Todos os presidentes das Federações e Sindicatos traziam bandeiras, tomando lugar numa longa fila em frente ao Palácio do Trabalho. Da sacada o presidente assistiu a concentração.

A Folha da Manhã ao cobrir a comemoração desse ano inovou ao comparar a festividade do Primeiro de Maio com uma amistosa conversa entre governo varguista e proletariado brasileiro:

As reivindicações trabalhistas custaram, em todos os países, muito sangue e muitas lágrimas. [...] Foi certamente inspirado por um sentimento de reconhecimento que os trabalhadores brasileiros se acostumaram a essa amistosa conversação anual com o chefe do Governo, da qual, em meio à espontânea e

¹⁹ Para o discurso de Getúlio Vargas e os demais discursos proferidos na festividade de 1943, ver FOLHA DE MANHÃ, 2 de maio de 1943, p. 3.

carinhosa aclamação, recebe a palavra de ordem, a orientação segura, um encorajamento amigo, a diretriz certa.²⁰

Em 1944, a imprensa registrou a passagem do Primeiro de Maio como uma imponente vibração patriótica. A festividade foi chamada pelos jornais de “Dia do Trabalhador”. A comemoração ocorreu pela primeira vez fora do Rio de Janeiro, mais precisamente em São Paulo, no estádio Municipal do Pacaembu. Além da homenagem clássica ao chefe da Nação, a data também foi um dia de exaltação do povo brasileiro, que teria emprestado o seu apoio caloroso e a sua colaboração entusiástica a festividade, contribuindo para o brilhantismo da festa.

Em 1945, no estádio do Vasco da Gama, a cerimônia foi organizada sob o formato “cívico- artístico-desportivo.” Todos os discursos já sinalizavam o tom de despedida que se encontrava o governo. O discurso do presidente Getúlio Vargas foi basicamente um balanço dos quinze anos que esteve em frente ao governo nacional, principalmente o período compreendido como Estado Novo. Eis um trecho da oração do Chefe da Nação:

E essa é a nossa obra, trabalhadores; e são os nossos títulos de confiança pública; essa é a situação excepcional que criamos para a nossa pátria e que ninguém pode ter a ousadia, o desprate de menosprezar e denegrir. Mas, essa obra é também do Estado Nacional. Refletindo com serenidade,

²⁰ *Idem, ibidem.*

sobre esse período tão malsinado de vigência da Constituição de 10 de Novembro.²¹

A construção de um imaginário político homogêneo.

Tendo em vista esse quadro de mudanças na organização dos festejos do Dia do Trabalhador durante o Estado Novo deve-se haver a noção de que elas não são obras do acaso. O pressuposto é de que a condução do Dia do Trabalho na ditadura varguista deve ser analisada como a peça de um amplo conjunto de iniciativas empreendidas pelo Estado com intuito de consolidar um universo simbólico específico.

Considerando que a constituição da identidade política da classe trabalhadora e a construção das relações entre classe trabalhadora e legislação social trabalhista foram se estabelecendo através do acionamento de conteúdos simbólicos, a festa possibilitou uma importante ocasião de afirmação e reafirmação das crenças e regras. Através da ritualização de uma série de situações e circunstâncias, o Primeiro de Maio pôde contribuir para a sistematização de um discurso legitimador. De acordo com Claudia Schemes:

²¹ Para o discurso de Getúlio Vargas e os demais discursos proferidos na festividade de 1945, ver FOLHA DE MANHÃ, 3 de maio de 1945, p. 5.

O caráter pedagógico da festa é que possibilita a transmissão dos valores dos novos regimes, ou seja, as festas são responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tal, representam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que os regimes querem perpetuar.²²

Unificação da Nação

Uma dos grandes efeitos criados durante a festividade que favorecem o convencimento é a efervescência que ela desperta no público presente. Os elementos presentes na festa, como a ornamentação e os efeitos têm a capacidade de mudar as situações da atividade psíquica, tornando as paixões mais vivas. Logo a energia individual é posta a serviço da comunidade criando uma “comunhão delirante”.

De acordo com Georges Balandier, na festa o mito da unidade mobiliza o imaginário do público presente e “transforma um povo inteiro em uma multidão de fascinados pelo drama em que os envolve o senhor absoluto do poder”.²³ Assim, a festejarem o poder de remodelar os atores sociais subordinando-os ao coletivo de modo absoluto.

²² SCHEMES, *op. cit.*, p. 32.

²³ BALANDIER, *op. cit.*, p. 9.

Segundo Claudia Schemes, a festa era imprescindível para provocar o sentimento capaz de levar à comunhão nacional. De acordo com ela:

A festa era um ritual necessário para legitimar uma determinada situação. Era através da emoção, do movimento dos símbolos e dos gestos que procurava unir a sociedade, provocando a sensação de felicidade geral.²⁴

O mito da unidade reforçado pelo clima da festa foi extremamente importante na constituição do imaginário político oficial por remeter a alegorias amplamente empregadas desde a criação do Estado Novo.

A utilização de símbolos ligados a comunidade nacional foi um dos grandes eixos temáticos das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação da época, sob orientação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Segundo Alcir Lenharo, a nação era frequentemente associada a uma totalidade orgânica, ou seja, um corpo uno, indivisível e harmonioso. O corpo humano era usado como metáfora para usar de imagens específicas, como a de que todas as partes da sociedade funcionam apenas integradas, como os órgãos, que são tecnicamente associados. As classes sociais eram assim comparadas aos órgãos, ou seja, eram necessárias umas as outras para que funcionassem eficientemente. E o governante, a cabeça dirigente do corpo, comandaria toda a organicidade da sociedade. O nome do

²⁴ SCHEMES, *op. cit.*, p. 55.

projeto responsável por todo esse reordenamento da sociedade foi chamado de corporativismo.²⁵

Assim, ao integrar todo o cidadão à “comunhão nacional”, o Estado Novo deslegitimava o conceito de luta de classes, supostamente causadora de conflitos sociais, e consagrava o conceito de colaboração de classes.

Nesse sentido, o Primeiro de Maio colaborou para a legitimação do discurso oficial. O objetivo dos efeitos da festa era dissolver o indivíduo no grupo, com a destruição das diferenças entre os indivíduos, fundindo-se identificando-os com o país, o regime e o chefe da nação.

De acordo com Schemes:

A festa provoca emoção, trazendo consigo um sentimento de exaltação, de engrandecimento que leva à comunhão de todos. Como espetáculo cívico, ela torna todos os seus participantes ‘iguais’, criando em cada pessoa a figura do cidadão como membro de uma comunidade.²⁶

O chefe da Nação como condutor das coletividades

Tudo se relaciona ao soberano, se simboliza e se dramatiza por ele: relações com o universo, no mundo exterior, no território

²⁵ LENHARO, *op. cit.* .

²⁶ SCHEMES, *op. cit.*, p. 62-63.

político, no passado e portanto na história, na sociedade e em suas obras. Ele está no centro da representação: palácio, cortesãos, desdobramento de força, cerimonial e festa, marcas de diferenciação e comportamentos codificados.²⁷

A festa é, sobretudo, uma encenação da hierarquia. Isso porque, mesmo que constantemente destacado com apenas mais um entre tantos cidadãos, o chefe de governo detém lugar de destaque na festividade.

No Primeiro de Maio, além do lugar de destaque que ele ocupava no local da festa, que favorecia a sua sacralização cultural, os programas cerimoniais sempre conferiam grande evidência ao presidente Getúlio Vargas. Um dos momentos mais esperados do dia era a chegada de Vargas ao evento, momento em que o ditador cumprimentava o público presente. Este é um dos anos em que o *Jornal do Brasil* narrou o momento em que Getúlio chegava à festividade:

Foi em meio de delirantes aclamações que o Presidente Getúlio Vargas transpôs, às 15 horas, as divisas do campo e passou pelas arquibancadas. Então a multidão, de pé e, demoradamente, por espaço de cinco minutos, aplaudiu o Chefe do Governo, numa ovação comovedora, que contagiou a todos os presentes.²⁸

²⁷ BALANDIER, *op. cit.*, p. 17.

²⁸ JORNAL DO BRASIL, 3 de maio de 1941, p. 6.

Além disso, em todas as festividades, o momento mais esperado pelo público presente era o discurso proferido pelo presidente. Através da retórica o governante costumava explorar sensações e emoções propícias ao envolvimento do público participante. Este é um trecho do Jornal do Brasil em que percebe-se a euforia do público trabalhador no momento do discurso do presidente:

Vargas pronunciou o seu esperado discurso que foi aplaudidíssimo por toda a compacta massa trabalhista que enchia as dependências do estádio do Vasco da Gama. Terminado o seu discurso, o Sr. Presidente da República assinou o decreto-lei que estabelece o salário mínimo em todo o país[...] os aplausos foram imediatos e, no ar, ecoava o nome do Presidente Getúlio Vargas.²⁹

A ideia da hierarquia também perpassava a construção do discurso ideológico difundido na ocasião. Em todas as festividades a ideia de outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado transcorria pelas falas. Assim, a ideia de que a legislação trabalhista não era uma conquista dos operários brasileiros, mas sim uma demonstração da proteção amável e desinteressada oferecida pelo chefe da nação era recorrente. O presidente Getúlio Vargas era idealizado como o condutor clarividente da nação. Essa ideia era

²⁹JORNAL DO BRASIL, 3 de maio de 1940, p. 9.

reiterada pelos meios de comunicação, como na publicação do Jornal do Brasil, data de 1940:

O Chefe da Nação, que baixou a legislação trabalhista, que outorgou aos trabalhadores uma existência digna do seu esforço e pelo engrandecimento econômico da pátria, receberá, hoje, uma memorável manifestação popular que expressará o reconhecimento das famílias dos operários à benemerência do Governo.³⁰

Portanto, a imagem de um chefe onipotente, mas, que, ao mesmo tempo, permitia a identificação dos subalternos com sua autoridade era assegurada através dos rituais do Primeiro de Maio.

Considerações finais

Chegando ao tempo de concluir, é interessante pensar como a organização das festividades do Primeiro de Maio buscaram, e até que ponto tiveram êxito, no projeto que tinha como objetivo a divulgação de um discurso buscou construir uma determinada imagem do regime e do chefe do governo.

A tese do artigo é de que o esforço de centralização ideológica comandado pelo DIP resultou na construção de um universo simbólico capaz de legitimar o novo regime frente à população.

³⁰ JORNAL DO BRASIL, 1 de maio de 1940, p. 6.

Através da utilização de efeitos que viabilizaram a exploração de mensagens relativas ao discurso oficial do Estado Novo, como as referentes à comunhão nacional e a personificação do Estado na figura do presidente Getúlio Vargas, o programa cerimonial do Primeiro de Maio foi capaz de atuar como peça importante do regime. A partir dessas festividades, conceitos como nação, trabalho, progresso, disciplina e unidade deixavam de ser abstratos para representarem coisas compreensíveis, maleáveis.

Em suma, acredito que é nessa homogeneização do imaginário político por parte do Poder Público que está a chave de compreensão das relações entre classe trabalhadora e o Estado Novo no período posterior à ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional. A celebração, a evocação de alegorias pelos ritos, com seus efeitos pedagógicos, permite entender a cultura política de uma sociedade que, por sua vez, pode fornecer chaves de leitura imprescindíveis para entender como determinados discursos foram legitimados. Destarte, não se pode compreender profundamente as vicissitudes da sociedade do Estado Novo sem entender a importância que a função simbólica reveste-se nela.

Fontes citadas

FOLHA DA MANHÃ, 2 de maio de 1943.

_____. 3 de maio de 1945.

JORNAL DO BRASIL, 1 de maio de 1940.

_____. 3 de maio de 1940.

_____. 3 de maio de 1941.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rejane. **DIP** - Departamento de Imprensa e Propaganda - CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>, acesso em 2 de agosto de 2013.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982.

BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO GOMES, Ângela. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.

- _____. **Primeiro de Maio** - CPDOC. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Primeiro Maio](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio), acesso em 02 de setembro de 2013.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas São Paulo: Papirus, 1986.
- LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas histórias...** Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em fortaleza da Primeira República ao Estado Novo. Dissertação de Mestrado, UFC, s/d.
- PARADA, Maurício Barreto Alvarez. “Cultura cívica e memória no Estado Novo Brasileiro”. **Diálogos**, DHI/ PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 401-4012, 2009.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da historia**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- OZOUF, Mona. “A festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História**: Novos objetivos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SCHEMES, Claudia. **Festas Cívicas e esportivas:** Um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Novo Hamburgo: Feevale, 2004.